

Desigualdades econômicas e capacidade estatal

» CARLOS A. CINQUETTI

Ph.D. em economia, é professor Senior do Dep. de Matemática e Computação da Unesp

No programa eleitoral do primeiro turno, um candidato (vencido) exhibe cenas da Faria Lima, da elite empresarial, e depois da Rocinha, da grande pobreza urbana no Rio. Pergunta, então, se não caberia um imposto sobre as grandes fortunas em favor destes desafortunados? Da única resposta induzida pelo contexto da filmagem, propõe bolsa de R\$ 1.000, apoiada pelos dois candidatos do segundo turno.

Há várias alternativas a esse desacreditado imposto sobre grandes fortunas, mas o mais sério da análise acima é a visão facetada de sociedade. Na cena, aparecem o pobre e o rico, mas não o político, que entra apenas ao final, como o solucionador. O fato, porém, é que o Brasil tem uma carga tributária da Inglaterra e serviços públicos de muitos países em desenvolvimento. Ignorando esse problema, propõe-se aumentar a carga tributária, quando o alvo seria entregar ao público os impostos recolhidos.

Suponhamos, para chegar a outro problema, que o país não seja o Brasil e que 100% do dito imposto vá para os pobres. Irá esse dinheiro na conta privada resolver a falta de água e esgoto, evitar um fome zero com saneamento zero? Irá conter a bandidagem que escorcha os humildes quando ganham dinheiro? Fazer com que as quatro horas por dia em transporte urbano se reduza para a metade? Trazer escolas que tragam efetivo domínio em matemática e escrita? A resposta é “não”, pois esses são bens públicos e semipúblicos, cujo provimento não é assegurado, privadamente, por famílias e empresas. É a baixa oferta desses bens públicos a causa da desigualdade de rendas. O que nos aponta outro erro da dita proposta: ataca o efeito, não a causa.

A importância da distinção entre causa e efeito foi constatada em pesquisa deste autor com Marcel Voia. Descobrimos que as melhorias no índice Gini na América Latina (AL) não contribuíam para crescimento econômico. Isso só ocorria com o Gini endógeno (ajustado por) às melhorias na educação, em saneamento e em outros indicadores de capacidade estatal. Atesta que o drama dos moradores da Rocinha e tantas outras é a ausência de capacitações de competir pelas melhores oportunidades.

Fica a questão do porquê a preferência política por transferência na conta do beneficiário, em vez de priorizar maior provimento de bens públicos de amplo espectro. Por que não focar em equalizar capacidades dos indivíduos? A resposta é o clientelismo político; atender clientelas com grande potencial eleitoral, que também abarca regiões.

O clientelismo é mais comum em países subdesenvolvidos, onde alta pobreza e clivagens étnicas representam clientelas mais baratas e numerosas e onde regiões atrasadas significam coronéis



locais e cidadãos passivos. Um arranjo socialmente viciado. Assentado em compromissos de grupos sociais a políticos que entregam bens exclusivos (empregos públicos e bens privados ou públicos de baixo espectro). Pesquisas mostram, ademais, que desigualdade econômica induz a um espírito mais desconfiado, menos cooperativo, dos mais pobres com relação a políticas.

O Estado deixa de ser público. E um dos pilares do desenvolvimento é a capacidade estatal de extrair recursos e servir o bem comum. Boa segurança, saneamento, ruas iluminadas, espaços públicos, estradas e escolas públicas de qualidade são o suporte dos países desenvolvidos. Formam as condições de um desenvolvimento inclusivo que fomentam, ao final, uma cultura liberal de criatividade e empenho individual e espírito cooperativo; de compromisso às regras.

Já as políticas clientelistas trazem, ainda, a eleição de políticos menos comprometidos com o bem comum, mais inclinados a condutas patrimonialistas. Uma mazela histórica do Estado brasileiro, patente nos apadrinhamentos de cargos em prefeituras e governos estaduais. Nas sinecuras do Judiciário e Legislativo. Nas rachadinhas e leis de impunibilidade aos políticos. Nos favores especiais de grupos de interesses.

Sem patrimonialismo e clientelismo, com maior capacidade estatal e mais políticas para o bem comum, toda sociedade ganha no longo prazo. A pobreza é menor e tem-se maior mobilidade econômica. Com mais chances de ascensão dos de baixo e de queda dos de cima. Num ambiente propício ao espírito industrioso se resolve outro drama do Brasil atual: a perda dos melhores talentos, os baixos investimentos.

Afinal a questão é eliminar não apenas as

desigualdades domésticas, mas também a desigualdade frente aos países desenvolvidos. Sabendo que nem sempre se avança em ambas. Por vezes, o caminho da prosperidade rápida envolve ganhos dos empreendedores maiores do que os que se situam nos primeiros estratos de renda. Mas a renda deles cresce e ainda ganham um ambiente de maior mobilidade social.

O drama é que melhorias na capacidade estatal contradiz a lógica do poder político atual. Melhorias no provimento de bens públicos envolvem mudanças organizacionais e ações noutras jurisdições governamentais, que contrariam a lógica clientelista, pois o elo entre políticos e sua clientela é mais fraco. Envolvem, também, sacrificar o poder discricionário dos políticos e poderosos grupos de interesse. São as forças da persistência, da armadilha da pobreza.

Diante de tudo isso, o idealismo das propostas eleitorais como a do parágrafo inicial, nos remetem a B. Russell: um disfarçado amor pelo poder. De um país com arrecadação tributária na média do OCDE, na casa dos 32,5% do PIB, mas com segurança pública, as estradas, a qualidade das escolas públicas, a cobertura de saneamento, inferiores a muitos países com arrecadação de 22% do PIB.

Esse notável excedente de arrecadação sobre benefícios configura um peso morto do Estado. Um triste feito de nossa democracia, que teve uma expansão de 9% sobre o PIB entre 1993 e 2008, que induz a informalidade econômica e a persistência do subdesenvolvimento, entre outros por representar uma renda política em favor de um poder extorsivo. Daí a propriedade atual do teto dos gastos. (Agradeço sugestões de Vitória Saddi.)

Gol de letra

» RICARDO NOGUEIRA VIANA

Delegado Chefe da 6ª DP e Professor de Educação Física

N a tarde do dia 16, a France Football realizou a 66ª edição da Bola de Ouro, com vistas a premiar os melhores jogadores da temporada 2021/2022. Estavam ali alguns dos soberanos do futebol. Os que já reinaram: Ronaldo, Figo e Zidane, assim como o protagonista da festa, o francês Karim Benzema, o mais velho jogador a ganhar o prêmio. Atletas de alta performance, ricos, famosos e multiplicadores, não só de movimento, mas de conhecimento e opinião.

O Brasil teria uma tímida participação com Vinícius Junior e Casemiro, os quais foram apenas lembrados. Entretanto, o evento inovou ao sedimentar o prêmio Sócrates, com o intuito de agradecer o jogador que se destacou não só com a bola nos pés, mas também por iniciativas extracampo. O vencedor foi o senegalês Sadio Mané, o qual tem doações de milhões em dólares para construção de hospitais, combate à covid-19, fornecimento de internet grátis às famílias de sua terra natal, entre outros feitos assistenciais.

Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, o Doutor Sócrates ou Magrão. Médico, jogador do Corinthians e da Seleção Brasileira. Integrou a equipe de 1982, aquela conhecida como a injustiçada. A cada gol, o Doutor erguia os punhos cerrados em homenagem aos direitos humanos e ao símbolo do movimento antirracista norte-americano Panteras Negras. Assim como Mané, Sócrates não só balançava as redes, mas era

engajado política e socialmente.

Nos anos 80, durante a ditadura militar, juntamente com Wladimir, Casagrande e Zenon, fundou a democracia corintiana, um movimento criado no vestiário em que as decisões do clube eram debatidas em conjunto, desde o roupeiro, jogadores, técnico e diretoria, todos tinham direito ao voto. Foi um dos maiores movimentos ideológicos do futebol brasileiro e mundial, utilizado como gatilho para que a população tivesse interesse no voto. Em 1984, juntamente com Fafá de Belém, Chico Buarque e outros, participou efetivamente do movimento Diretas Já, o qual ajudou a desenhar caminhos para a transição e abertura política no Brasil. Magrão faleceu em 2011, mas se hoje estivesse vivo, sem dúvida se posicionaria sobre os rumos que o Brasil tem a seguir.

O prêmio foi entregue por Raí, irmão mais novo de Sócrates. Também jogador, mas, ao meu sentir, não tão talentoso como o irmão, todavia, sagrou-se campeão do mundo em 1994. Engajado socialmente, é um dos fundadores da Fundação Gol de Letra juntamente com Leonardo, outro tetracampeão. O caçula fez um discurso político emocionado, em que lembrou que o Brasil vive um momento importante e decidirá o seu destino nas próximas semanas. Durante a sua fala, arqueou os dedos em 90 graus, expondo a sua preferência eleitoral.

É uma nova roupagem do esporte de elite. Em

tempos não muito distantes, esses jogadores de rendimento, resultado, considerados de alto nível, eram vinculados aos clubes e patrocinadores, ou seja, apenas reproduziam movimentos: driblavam, cabeceavam e chutavam e, quando se pronunciavam, traziam discursos prontos e pífios quanto ao conteúdo. Há um novo direcionamento desses expoentes, os quais têm se posicionado não só nos gramados, mas, em questões ambientais, políticas e sociais como no movimento Black Lives Matter.

Esporte, bola, gol, Sócrates, Raí, Mané, resgate e educação. São palavras que se complementam. Pessoas que fazem e fizeram a diferença através do futebol. Alçaram o ápice de suas carreiras, fizeram fortuna, mas não esqueceram de suas origens e as necessidades do seu povo. Sem dúvida, Senegal assemelha-se ao Brasil não só pela semelhança cultural e racial, mas também pelos índices de subdesenvolvimento.

As iniciativas desses ídolos vão além das quatro linhas e da formação de atletas. Formam homens. Educam através do movimento e ajudam a construir uma sociedade menos desigual, mais justa e solidária. Em tempos de polarização, fake news e agressões ideológicas, é preciso que se deixe a bola rolar não só dentro de campo, e quem sabe o nosso país possa transpor este momento de intolerância e voltar a fazer gols de letra, como ensinou o Magrão.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Semipresidencialismo ou semidemocracia

Sem as reformas políticas necessárias e sérias, permaneceremos numa dança doida e desengonçada, girando sobre os pés, sem sair do lugar até cairmos de tontura por terra. Perseguir nesses improvisos, buscando a cada momento adotar modelos mirabolantes de governabilidade estáveis, sem sequer seguir o que já prevê a Constituição nesse quesito é, ou pura insensatez, ou existem motivos desconhecidos da população, mas que iriam de encontro a desejos inconfessáveis por parte da classe política.

A quem serve o semipresidencialismo? Eis aqui uma questão a ser respondida com clareza. Sistema de governo com esse mecanismo, e que não é nem parlamentarismo nem presidencialismo, parece daquelas medidas que, à primeira vista, agrada tanto ao Executivo como ao Legislativo na longa queda de braço que travam dentro do ringue do presidencialismo de coalizão.

Se assim for o que se tem com o advento desse sistema, é uma primeira vitória parcial do parlamento. Depois de vencer com a aprovação dos bilionários fundos eleitorais e partidários, que são reajustados à revelia da nação e depois dos avanços que vai obtendo sobre o orçamento da União, que passaram a controlar por meio das emendas de despesa, tanto dos orçamentos individuais, como os de bancada e o orçamento de relator, também denominada emendas secretas, o Legislativo vê agora a perspectiva de conquistar também parte do poder que caberia exclusivamente ao Executivo.

Outra questão a ser respondida nesse ponto, é a que preço esses avanços vêm sendo feitos? Mesmo a realização de um plebiscito, como propõe agora o relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) aprovado nessa terça-feira, não resolve e nem confere a nitidez que se exige de uma mudança desse nível.

As constantes ameaças de fazer ressurgir a cabeça do iceberg do impeachment contra o chefe do Executivo são sempre um trunfo a ser levado em consideração e a favor do Congresso. Estamos aqui diante da clássica e pouco recatada alternativa ameaçadora: “ou dá o que se quer, ou desce as escadas para o inferno”. Dizer que o semipresidencialismo resolverá as crises institucionais cíclicas é uma falácia. Poderá até intensificá-las, com a queda incerta do gabinete por moções contrárias. Tão pouco resolve o caso de governabilidade, num Poder repleto de legendas partidárias, todas elas controladas com mão de ferro por seus presidentes, por motivos óbvios.

Também a questão da baixa credibilidade junto a população de que goza, faz do Congresso um Poder que precisa de muitos aperfeiçoamentos nesse quesito. Não bastassem os óbices a serem vencidos antes dessa mudança de sistema, de nada parecem servir a consulta popular por meio do plebiscito para decidir sobre essas importantes mudanças, uma vez que parte da população, conforme já foi comprovado, não deposita muita confiança nas urnas eletrônicas e nem naquelas que a controlam.

Há ainda muito chão a ser vencido antes da implantação do semipresidencialismo. Caso essa mudança venha a ser feita, com muitos querem, a toque de caixa e para atender motivos alheios a democracia, o que teremos é a instalação permanente do banzé nessa República, que já começou de modo torto, com um golpe.

» A frase que foi pronunciada

“Quando você tem algo a dizer, o silêncio é uma mentira.”

Jordan B. Peterson

Agende

» *Lingu@gente*, novo livro de Gustavo Dourado, já tem data marcada para o lançamento: dia 22 de outubro, das 17h às 21h, no estande da Academia Taguatinguense de Letras (ATL), na 5ª Bienal Internacional do Livro de Brasília, a ser realizada no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, de 21 a 30 de outubro.

Carecas

» Está na hora de fazer um estudo sobre a carga de cloro na água distribuída pela Caesb. Dermatologistas registram o aumento de casos de calvície e o cloro pode ser o vilão.

Reatividade

» Artur Lira, da Câmara quer pressa, Rodrigo Pacheco, nem tanto. O caso é que os institutos de pesquisa falharam em 2018 e só agora a ficha caiu. Será?

» História de Brasília

Pois bem: um grupo de médicos bem intencionado está enfrentando dificuldades para construir o primeiro hospital particular de Brasília, e uma das dificuldades é pagar pontualmente as prestações do terreno. Até hoje o mesmo Conselho não se dignou apreciar o pedido de doação.

(Publicada em 11/3/1962)